



FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A REFORMA CURRICULAR INDEFERIDA EM 1974 NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UFMG.

Luiz Gustavo dos Santos Moraes¹

RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar as primeiras considerações sobre a Reforma Curricular promovida pelo Colegiado da Escola de Educação Física em 1974 e indeferida pelo Conselho de Graduação da UFMG. Para este intento, selecionei quatro fontes: a) o documento “Proposta de novo currículo para o curso de Educação Física”; b) o conjunto de documentos organizados sob o título de “Fotocópias dos documentos remetidos à reitoria relativos à proposta de alteração dos currículos dos cursos de Educação Física”; c) uma versão do currículo pleno do curso superior de Educação Física, que acredito ser de 1971; d) um “Relatório” de um “Seminário” ocorrido em Belo Horizonte em 1972, no qual a Escola de Educação Física sugere um modelo de organização curricular. O caminho delineado norteia-se a partir das seguintes perguntas: Quais eram as justificativas para a reforma curricular? Quais foram as razões do Conselho de Graduação da UFMG, para o indeferimento da proposta? e Quais eram as mudanças, e permanências do novo currículo proposto? Finalmente aponto possíveis caminhos a percorrer para esta pesquisa, que ainda está em desenvolvimento.

Palavras – chave: Reforma curricular; História da Educação Física; Formação docente.

ABSTRACT

The objective this search is to present the initials considerations on Curriculum Reform promoted by the Collegiate of Physical Education School in 1974 and rejected by the Council of Graduate UFMG. For this purpose, I selected four sources: a) the document "Proposal for a new curriculum for the course of Physical Education"; b) the set of documents organized under the title "Photocopies of documents sent to the rectory on the proposed change in curriculum courses in Physical Education"; c) a version of the full curriculum of college Physical Education, which I believe is 1971; d) a "Report" of a "Seminar" held in Belo Horizonte in 1972, where her School of Physical Education suggests a model curriculum. The path outlined is guided from the following questions: What were the justifications for curriculum reform? What were the reasons for the Council of Graduate UFMG, for rejecting the proposal? and What were the changes and continuities of the proposed new curriculum? Finally I point out possible ways to run this search, which is still in development.

Keywords: Curriculum reform; History of Physical Education; Teacher Training.

¹ Licenciado em Educação Física – EEEFTO/UFMG. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação – PPGE/FaE/UFMG – Linha de pesquisa: História da Educação.



RESUMEN

El objetivo deste trabajo es presentar las primeras consideraciones de la Reforma Curricular promovida por la Escuela Colegiada de Educación Física en 1974 y rechazada por el Consejo de Graduación de la UFMG. Para este propósito, he seleccionado cuatro fuentes: a) el documento "Propuesta de un nuevo currículo para el curso de Educación Física"; b) el conjunto de documentos organizados bajo el título "Fotocopias de los documentos remitidos a la rectoría refiriéndose a la propuesta de alteración de los currículos de los cursos de Educación Física"; c) una versión curricular completa del curso de Educación Física, que creo que es de 1971; d) un "Informe" de un "Seminário" que aconteció en Belo Horizonte en 1972, en que la Escuela de Educación Física sugiere un modelo de organización curricular. El camino trazado es guiado por las siguientes preguntas: ¿Cuáles eran las justificativas para la reforma curricular? ¿Cuáles fueran las razones del Consejo de Graduación de la UFMG, para rechazar la propuesta? y ¿Cuáles eran los cambios y continuidades del nuevo currículo propuesto? Por último señalo posibles caminos a recorrer para esta investigación, que todavía se encuentra en desarrollo.

Palabras clave: Reforma curricular; Historia de la Educación Física; Formación del profesorado.

Apresentação

O objetivo desse trabalho é apresentar as primeiras considerações sobre a tentativa de Reforma Curricular promovida pelo Colegiado da Escola de Educação Física da UFMG em 1974 e indeferida pelo Conselho de Graduação da universidade, tema que surgiu a partir do contato com o Centro de Estudos sobre a Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer – CEMEF e os arquivos institucionais da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Educacional – EEFETO da UFMG.

Durante os primeiros trabalhos no CEMEF, encontrei o documento, intitulado: “*Proposta de novo currículo para o curso de Educação Física*”, que trazia informações sobre a tentativa de reforma curricular promovida pelo Colegiado da Escola de Educação Física e indeferida pelo Conselho de Graduação da UFMG.²

Para cumprir os objetivos do texto, selecionei quatro fontes. Parto do documento que encontrei nos arquivos do CEMEF, que apresenta um breve histórico da tentativa de reforma curricular. Em seguida tento cotejar esse documento com um conjunto de documentos que estão organizados sob o título: “*Fotocópias dos documentos remetidos à reitoria relativos à proposta de alteração dos currículos dos cursos de Educação Física*”. E as outras duas fontes são uma versão do currículo pleno do curso superior de Educação Física, que acredito ser de 1971 e um “*Relatório*” de um “*Seminário*” ocorrido em Belo Horizonte em 1972, no qual a Escola de Educação Física sugere um modelo de organização curricular para cursos de formação de professores de Educação Física.

O caminho delineado norteia-se a partir das seguintes perguntas: Quais eram as justificativas para a reforma curricular? Quais foram as razões do Conselho de Graduação da UFMG, para o indeferimento da proposta? e Quais eram as mudanças, e permanências do novo currículo proposto?

2 Foi assim que encontrei o tema da pesquisa de mestrado, que desenvolvo atualmente no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação – PPGE/FaE/UFMG – Linha de pesquisa: História da Educação., sob orientação da Profa. Dra. Andrea Moreno.



Finalmente aponto possíveis caminhos a percorrer para esta pesquisa, que ainda está em desenvolvimento.

Em minha, recém iniciada, trajetória em pesquisas historiográficas, tenho aprendido que não é possível acessar o passado como ele realmente aconteceu, nem é esta minha pretensão, desejo narrar uma história possível, a partir das fontes que tenho encontrado nos arquivos do CEMEF.

Benjamin (1994, p. 225) nos alerta: “com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor”.

É comum ouvirmos as histórias dos vencedores, mas acredito, assim como ele, que há “nas vozes que escutamos, ecos das vozes que emudeceram” (p. 223). A história pode ser contada também pelos documentos que não lograram êxito. Esta é minha intenção, contar a história a partir das vozes emudecidas da malograda tentativa de reforma de 1974.

Alguns antecedentes

Em 1968, foi publicada a Lei nº 5540, chamada de “Reforma Universitária”, que determinou mudanças significativas no ensino superior, como o “estabelecimento de currículos mínimos dos cursos superiores; disciplinas semestrais e matrícula pelo sistema de créditos” (VEIGA, 2007, p. 311).

Para a área de Educação Física, entre 1969 e 1971, elaboraram-se diversas prescrições legais, das quais cito: o Decreto-lei nº 69450 que regulamentou a Educação Física no país, a publicação do Parecer nº 894 e da Resolução nº 69³, que determinavam o currículo mínimo e a duração para o curso Superior de Educação Física.

Em relação a Escola de Educação Física da UFMG, antes de 1969, ela se chamava Escola de Educação Física de Minas Gerais, era administrada pedagogicamente pela Sociedade Mineira de Cultura e mantida financeiramente pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Na década de 60 sofreu com sérios problemas financeiros, quase vindo a fechar e em 1969, através do Decreto-lei nº 997, foi federalizada passando a pertencer à UFMG.

Não desejo estabelecer uma relação de causa e efeito entre estes acontecimentos e a tentativa de reforma curricular. Mesmo não acreditando que esses tenham sido os fatores determinantes para a iniciativa, não podemos negar que eles exerceram alguma influência. “Goodson recorda que os níveis de construção do currículo prescrito não se reduzem aos Estados centrais e às burocracias provinciais e locais, mas que também se elabora nas instituições docentes, nos departamentos das matérias...” (VIÑAO 2008, p. 183, citando Goodson).

Tenho como hipótese que havia razões locais para a reforma, razões que diziam respeito ao cotidiano da Escola e questões como essas não podem ser desconsideradas se desejamos trazer à superfície uma história que conte com a importância dos “pequenos” acontecimentos, pois, “O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1994, p. 223).

É preciso encontrar nas fontes as vozes desses atores envolvidos e buscar outras fontes, como os programas das disciplinas, as referências bibliográficas, atas de reuniões, etc., que quando relacionadas, poderão ajudar a perceber as tramas dessa reforma, que, como o próprio Goodson (1995) nos lembra, pensado como construção social, o currículo é uma prática que carrega consigo transações, negociações, imposições, conflitos, interesses e lutas por poder.

3 Sobre estes documentos ver: BRASIL (1981).



Quais eram as justificativas para a reforma curricular?

Na fonte “*Proposta de novo currículo para o curso de Educação Física*”⁴, constam:

- a) inclusão do curso no Ciclo Básico Biológico, determinado pela Reforma Universitária,
- b) o acréscimo de cargas horárias de várias disciplinas, reclamado pelos professores para o cumprimento integral de seus programas,
- c) o aumento de aulas práticas necessárias à formação técnico-pedagógica dos alunos,
- d) a criação de algumas disciplinas de ordem de formação filosófica, científica e pedagógica,
- e) maior elasticidade programática, possibilitando ao aluno melhor atendimento, em caso de dependência,
- f) permissão ao aluno de maior vivência, aliada à maior possibilidade de pesquisa”.

Estas justificativas estão contidas no Parecer elaborado pela comissão designada para a reforma, que compôs a proposta de reforma enviada ao Conselho de Graduação, e em seu texto aparecem mais justificativas, além das apresentadas acima.

Na fonte “*Proposta de alteração dos currículos e cargas horárias do Curso de Educação Física, remetidos à Reitoria em 26.9.74*”, os autores começam enaltecendo as ações do governo militar para a área de educação física e o momento como de “grandes avanços”, envolvidos por esse clima de “momento promissor”, advogam a ideia de que três anos “*são insuficientes para a formação do professor de educação física*”, e que é preciso ampliar o curso para quatro anos, e continuam afirmando que a conclusão acima é, entre eles, “*convicção quase unânime (e desse pensamento participam também os alunos)*”.

Chamo a atenção para a “relatividade do unânime”, além disso, alegam que os alunos também compartilhavam do mesmo pensamento, será que entre os alunos não haviam opiniões contrárias? Não creio na realidade como uníssona, suponho que deviam haver discordâncias, mesmo que elas não apareçam nas fontes.

Afirmam que a formação filosófica, científica, pedagógica e técnica seria melhor contemplada e o estudante poderia ter uma formação que lhe proporcionasse um “*amadurecimento, a preparação cultural, a consciência profissional e toda a noção de responsabilidade que lhe pesará sobre os ombros no exercício de sua futura missão de educador*”. Será que no currículo estavam presentes disciplinas que materializavam essas preocupações?

Em seguida citam dois Pareceres do Conselho Federal de Educação, para alegarem que o currículo mínimo só seria suficiente onde e quando não fosse possível enriquecê-lo. Citam ainda a Portaria Ministerial n.º 159/65 e a Resolução 69/69⁵.

Atento para uma incoerência “suprimida” pelos autores: eles citam a portaria ministerial, de 1965, para afirmarem um mínimo de 2025 horas-aula e citam o parecer, de 1969, para afirmarem a duração do curso entre 3 e 5 anos, mas não informam que o parecer determina um currículo mínimo de 1800 horas-aula, o que significa uma redução no número de horas-aula. Certamente não seria interessante indicar essa redução se eles desejavam aumentar o número de horas-aula do curso.

O texto traz ainda outras justificativas:

4 Documento, produzido após o indeferimento da proposta de reforma curricular, pela Profa. Rosa Belma Afonso Viotti, designada pelo Núcleo de Assessoramento Pedagógico – NAP para ajudar a Escola de Educação Física no seu intento.
5 Sobre estes documentos ver: BRASIL (1981).



- a) O aumento do curso como forma de “corrigir” uma “*formação deficiente*” e uma “*valorização secundária*”;
- b) A responsabilidade da área “*pelo acondicionamento da saúde e estruturação da personalidade*”;
- c) “*Maior elasticidade programática*”;
- d) “*Maior vivência do aluno no ambiente desportivo escolar*”;
- e) “*Maior possibilidade de atendimento aos alunos em dependência*”;
- f) Possibilidade de formação de técnicos em desportos mais adequada;
- g) “*Maior desenvolvimento de aulas práticas*”;
- h) Possibilidade de inclusão de “*disciplinas de relevante importância*”;
- i) Possibilidade de “*enriquecimento da formação magistral*”;
- j) Possibilidade de estabelecimento de “*carga horária adequada*” para as disciplinas do ciclo básico biológico, “*as quais no currículo atual são precariamente atendidas*”.

Goodson (1995, p. 17) nos ajuda a pensar o currículo, como uma prática social e não com uma coisa estática, nesse sentido ele está carregado de intenções e objetivos e por isso pode também conter contradições e incoerências. “Como qualquer outra reprodução social, ele [currículo] constitui o campo de toda sorte de estratégias, interesses e relações de dominação”. Pensando nessa perspectiva, o aumento do curso não significa, necessariamente, garantia do alcance dessas justificativas, pois, no momento em que um novo currículo for elaborado, vários outros fatores irão interferir.

É de se supor também que as justificativas (o currículo e o professor desejado) estavam em sintonia com os interesses da sociedade, pois, de acordo com Chervel (1990, p. 187): “Os grandes objetivos da sociedade... não deixam de determinar os conteúdos do ensino tanto quanto as grandes orientações estruturais”.

Os autores encerram as justificativas afirmando que as disciplinas pedagógicas, determinadas pela Resolução n.º 9/69⁶, já são “*amplamente atendidas*” pelo currículo e concluem dizendo que “*se torna urgente e inadiável a ampliação do Curso de Educação Física para um período de 4 (quatro) anos, com uma carga em torno de 2880 horas-aula*”.

Quais foram as razões do Conselho de Graduação da UFMG, para o indeferimento da proposta?

Na “*Proposta de novo currículo para o curso de Educação Física*” constam:

- a) pressão da escola de Educação Física em elaborar um currículo novo, não solicitando para tal confecção, a participação do corpo discente.
- b) ementas incompletas: (não foram feitas ementas para algumas disciplinas subdivididas em I, II, III e IV) ou mesmo, nenhuma mudança nas novas ementas propostas (a maioria delas coincide na íntegra com as anteriores).
- c) relativa incoerência na conceituação de créditos. o curso de Educação Física é talvez mais prático do que teórico, então, porque o sistema rígido de, para cada 15 horas/aula corresponder 1 crédito (exatamente o contrário do que deveria ser
- d) “*valorização do curso*” como critério para ampliação do tempo de duração do mesmo”.

Na “*Proposta de alteração dos currículos e cargas horárias do Curso de Educação Física, remetidos à Reitoria em 26.9.74*”, encontrei um ofício remetido ao Reitor da UFMG, onde o Coordenador

6 Sobre esta resolução ver: BRASIL (1981).



do Colegiado do Curso de Educação Física questiona os argumentos do Parecer do Conselho de Graduação e recorre ao Reitor para que a Escola pudesse colocar em execução em 1975 *“um currículo bastante melhorado”*. Sabemos que esse recurso também não logrou êxito.

Neste ofício, constam argumentos contestando cada uma das razões do indeferimento. O texto começa tentando de desqualificar o Parecer, afirmando que *“Em momento algum, o Parecer discute o mérito da proposta. ...E não poderíamos aceitar, de nenhuma forma, o simples indeferimento de uma proposta sem que lhe tenham sido discutidos os méritos e justificada, em razões de conhecimento, a posição assumida”*.

O documento continua com a afirmação de que foram feitos estudos ao longo de todo o ano de 1974 e que não foi um trabalho realizado *“às pressas”*. Argumenta que não entendem *“como possa alguém concluir sobre o tempo no exame do nosso processo”* e que o que deveria ser discutido, e não foi, *“é se a proposta é melhor do que atualmente se vem ministrando”*.

Sobre a participação do corpo discente, o Parecerista afirma que *“segundo fontes da própria Escola não foi feita uma abertura com o corpo discente, porque poderia ser criada uma ‘polêmica’”*.

Para contestar esse argumento, o autor afirma que a representação estudantil faz parte do Colegiado do curso e que também compôs a Comissão de elaboração, depois pergunta *“Quem mais, do corpo discente deveria opinar sobre o currículo?”* Além disso, alega que uma assembleia de alunos *“nunca chegaria a uma conclusão”* e que *“alunos talvez não tenham condições para julgar currículos”*.

Em relação ao argumento do Parecerista sobre as ementas das disciplinas, o autor afirma que *“Não haveria necessidade de ocorrer mudança nas ementas”* e quanto às disciplinas sem ementas, concorda com o Parecerista (aliás, único momento de concordância) e se dispõe a realizar as modificações.

O Parecerista questiona a ampliação do curso como forma de sua valorização e alega que isso não é uma justificativa para tal aumento. Então, mais uma vez, o autor tenta desqualificar o Parecer, afirmando que o Parecerista *“valeu-se ...de um pequeno comentário... deixando de lado as considerações de inegável fundamento inscritas nas restantes 9 páginas do texto”*.

Finalizando as razões para o indeferimento, o Parecerista afirma que em seu entender o curso de Educação Física é mais prático do que teórico e então pergunta, porque o sistema rígido de para cada 15 horas-aula corresponder a 1 crédito. *“Seria para valorizar os créditos e, conseqüentemente, aumentar o tempo do curso?”* Para contra-argumentar, o autor alega que houve uma interpretação errada do Regimento Geral da universidade e minimiza o erro afirmando que *“é evidente que se trata apenas de um acerto, que não influencia as cargas totais propostas para a duração do curso”*.

O Parecerista fez ainda algumas sugestões ao Colegiado do Curso de Educação Física, que constam no ofício, também com as devidas contestações. Dentre elas, que o Colegiado observe os princípios recomendados pelo Conselho de Graduação; que solicite apoio ao Núcleo de Assessoramento Pedagógico; que promova uma maior abertura ao Corpo Discente.

Para se justificar o autor alega que as instruções do Conselho de Graduação sobre currículos não chegaram a Escola em tempo hábil; que desconheciam a existência do Núcleo e que como o Corpo Discente já tinha seu representante no Colegiado e que este participou da Comissão de elaboração do currículo, *“a abertura foi a mais adequada”* e que *“Não há que abrir a mais ninguém”*.

Quais eram as mudanças, e permanências do novo currículo proposto?

Aqui, comparo a nova proposta de currículo com outras duas fontes: a primeira é um modelo de



organização curricular apresentado pela Escola de Educação Física num seminário nacional ocorrido em Belo Horizonte em 1972 e a segunda é uma versão do currículo pleno do curso superior de Educação Física, que acredito ser de 1971.

Em relação às disciplinas ofertadas pelo Instituto de Ciências Biológicas, a única mudança foi um aumento de 45 aulas para a disciplina Biologia, não se incluiu nenhuma outra disciplina e o ciclo básico biológico continuou o mesmo.

Em relação às disciplinas de caráter científico-biológico ofertadas pela Escola, quase todas tiveram aumentadas suas cargas de aulas, além da criação da disciplina “*Métodos e Processos de Treinamento*” em “*estrito relacionamento com*” as disciplinas Fisiologia do Esforço I e II.

Em relação às disciplinas pedagógicas, não houve aumento significativo de carga horária nem criação de novas disciplinas, apenas, algumas disciplinas absorveram outras. Isso, sob a alegação de já estarem regulamentadas pelo Conselho de Ensino e Pesquisa e Conselho Federal de Educação e que eram desnecessárias modificações.

Apenas uma disciplina de caráter filosófico foi criada: “*História, Sociologia e Deontologia da Educação Física*”. O argumento de que a formação filosófica e pedagógica não estava sendo atendida a contento parece ser só um argumento.

Fato é que a proposta privilegiava um aumento da carga de aulas das disciplinas ginástico-esportivas.

Antônio Viñao, nos ajuda a compreender esse movimento das disciplinas, apesar de falar das disciplinas escolares, suas ideias são perceptíveis também nas disciplinas acadêmicas.

Para o estudo das disciplinas escolares sugiro considerá-las como organismos vivos. As disciplinas não são, com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estática. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem, e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas das outras) etc. (VIÑAO, 2008, p. 204).

De todos os argumentos e justificativas, o que podemos afirmar é que aumentos significativos só ocorreram nas disciplinas de caráter ginástico-esportivas e científico-biológicas e que as disciplinas pedagógicas e filosóficas praticamente não tiveram alterações.

Caminhos possíveis

Os trâmites internos, os embates, os argumentos, as incoerências que pude acompanhar, a partir das fontes que selecionei, corroboram as ideias de: currículo como construção social de Goodson; da estreita relação entre os objetivos da sociedade e das disciplinas escolares de Chervel e de pensar as disciplinas como organismos vivos de Antônio Viñao, entretanto ainda é preciso aprofundar as pesquisas no intento de construir uma narrativa para a história dessa reforma curricular. Nesse sentido desejo apontar alguns caminhos possíveis para o trabalho. Em forma de perguntas:

Porque fazer uma reforma curricular naquele momento(1974)?

Quais foram os membros participantes da Comissão Especial para a elaboração da reforma?

Qual foi a participação efetiva do corpo docente?

Quais foram os debates travados durante o processo de elaboração da nova proposta?

Quais foram os discursos vencidos/silenciados?

Ainda tenho muitas perguntas, que pretendo responder ao longo da pesquisa, mas para isso a



busca por fontes e o exercício de tentar a partir delas enxergar uma trama possível é o caminho a ser perseguido. O diálogo com os autores de referência, também é condição imprescindível para compreender as relações possíveis e construir uma narrativa que faça sentido.

Referências

- BENJAMIN, W. *Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. *Currículos mínimos dos cursos de graduação*. 4. ed. Brasília: Conselho Federal de Educação, 1981.
- CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, julho 1990.
- GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- VEIGA, C. G. *História da educação*. São Paulo: Ática, 2007.
- VIÑAO, A. A história das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, n. 18, p. 173-215, set/dez. 2008. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/rbhe/RBHE18.pdf>>. Acesso em: 28 abr 2011.

Fontes: Acervo do CEMEF: Coleção Institucional.

Endereço para correspondência:
Luiz Gustavo dos Santos Moraes
Rua Livorno, n.º 492 – Apto 202
Santa Cruz Industrial – Contagem
CEP: 32340-230
Minas Gerais – Brasil
E-mail: luizgsmoraes@yahoo.com.br